

# ACM abre mão do sigilo bancário

O senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) protocolou ontem no Banco Central (BC) o pedido para que o sigilo de suas contas bancárias seja quebrado. O BC, por enquanto, está analisando o documento e ainda não decidiu se atenderá ao senador baiano. O objetivo de ACM é provar que não recebeu contribuições do Banco Econômico, que está sob intervenção do BC, conforme consta em documentos da Pasta Rosa, onde o banqueiro Ângelo Calmon de Sá registrava suas doações para a campanha eleitoral de 90.

O presidente Fernando Henrique Cardoso já recebeu o relatório preliminar sobre o vazamento dos documentos da Pasta Rosa, feito pelo Banco Central, mas, ontem por meio de sua assessoria, disse que as informações são preliminares. Reafirmou, no entanto, que os responsáveis serão punidos.

**Interventor** — O Banco Central espera entregar ao Presidente o relatório definitivo no início da próxima semana. Na reunião de diretoria do BC, realizada quarta-feira à noite, os diretores, após serem inocentados pelo vazamento no relatório da comissão de sindicância, pediram que a comissão entrevistasse a equipe que fez a intervenção.

As principais suspeitas, segundo um diretor, recaem agora sobre o interventor Francisco Flávio Barbosa. "Só ele e mais quatro ou cinco pessoas tiveram acesso aos documentos", disse o diretor sem descartar, contudo, as suspeitas que recaem sobre o próprio Ângelo Calmon de Sá.

A principal razão para que a direção do BC mantenha esta suspeita é que Calmon de Sá enviou uma carta ao BC pedindo que o Banco Econômico não fosse vendido e manifestando o desejo de ficar com o banco. Isto, para o BC, demonstra que ele queria evitar a conclusão da venda do Econômico para o Excel. O presidente do BC, Gustavo Loyola, reconheceu que o vazamento das informações contidas na Pasta Rosa foi um acidente que atrapalhou as negociações do Banco Central com o Excel.

O interventor Francisco Flávio não está obrigado a prestar depoimento à comissão de sindicância, porque não é mais funcionário do Banco Central. O máximo que a comissão de sindicância pode fazer, nesta fase final e se conseguir ouvi-lo, será inocentar mais uma vez os diretores do BC e recomendar que a sindicância seja transformada em inquérito.